

## **PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 100, 27 DE NOVEMBRO DE 2015.**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar a quantia de R\$ 349.200,00 a idosos inseridos no programa “Terceira Idade com serenidade” e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,**  
Estado do Rio Grande do Sul.

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

### **L E I**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar a quantia de R\$ 349.200,00 (trezentos e quarenta e nove mil e duzentos reais) no ano de 2016, a quatrocentos e oitenta e cinco idosos inseridos no programa “Terceira Idade com Serenidade”, instituído através da Lei Municipal nº 1.990, de 04 de fevereiro de 2005.

**Art. 2º** A quantia será repassada em parcelas mensais iguais a cada idoso, no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais), a partir de janeiro de 2016, pelo período de 12 (doze) meses.

**Art. 3º** Somente fará jus ao auxílio o idoso inserido no programa “Terceira Idade com Serenidade”, e que preencha os seguintes requisitos:

- I** – idade igual ou superior a 60 anos;
- II** – residir no Município de Eldorado do Sul há pelo menos três anos;
- III** – possua somente uma renda, não podendo esta ultrapassar a quantia mensal de um salário mínimo nacional.

**§1º** Somente será contemplado um idoso por família ou entidade familiar.

**§2º** No caso do parágrafo anterior, o idoso a ser contemplado, sucessivamente, é àquele que:

- I** – não tiver nenhuma renda;
- II** - tiver a menor renda comprovada;
- III** – o idoso com a idade mais avançada;

#### **IV – o idoso do sexo feminino.**

**Art. 4º** No caso de haver mais de quatrocentos e oitenta e cinco idosos inseridos no programa, o critério de desempate será o mesmo que consta no parágrafo segundo do artigo anterior.

**Art. 5º** Prevalecerão os critérios quantitativos e qualitativos desta Lei para a concessão do benefício, em detrimento dos critérios utilizados na Lei Municipal nº 1990, de 04 de fevereiro de 2005, e alterações posteriores.

**Art. 6º** A avaliação dos cadastros dos idosos interessados no auxílio será realizado pelos assistentes sociais do Município, mediante visita domiciliar e análise sócio-econômica.

**Parágrafo único.** A Secretaria de Assistência Social realizará anualmente o cadastramento dos beneficiários, mediante publicação de edital do programa com o cronograma, que deverão ser afixadas em todos os locais públicos.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Conta: 5425 - Crédito Orçamentário; Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho; Unidade Orçamentária: 07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS; Funcional: 082410136 – Assistência Social; Projeto/Atividade: 2072000 – Desenvolvimento de Ações Voltadas aos Idosos; Natureza da despesa: 3.3.90.48.00.00.00 – Outros auxílios financ. A pessoa física; Recurso: 1031 – FMAS.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 27 de novembro de 2014.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**SERGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal

**ROGÉRIO DIAS PEREIRA**  
Secretário de Administração

**Publicada em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 100, de 27 de novembro de 2015, que: *“Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar a quantia de R\$ 349.200,00 a idosos inseridos no programa “Terceira Idade com serenidade” e dá outras providências.”*

A presente proposta visa dar continuidade ao programa que beneficiará quatrocentos e oitenta e cinco idosos em situação de vulnerabilidade social, bem como dar cumprimento ao que dispõe o art. 203, inciso I, da Constituição Federal de 1988.

É de se ressaltar que os valores a serem doados estão vinculados à utilização do Fundo Municipal de Assistência Social.

Ressalta-se ainda, que somente receberão o auxílio aos idosos inseridos no programa “Terceira Idade com serenidade”, e que demonstrarem que residem no Município a pelo menos três anos, possuam idade igual ou superior a 60 anos, e que tenham renda mensal que não ultrapasse um salário mínimo nacional.

Ainda, somente será beneficiado um idoso por família ou entidade familiar, a fim de oportunizar que mais famílias possam se beneficiar do programa.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal